

32º Exame de Ordem - 2ª fase - 2007

Direito Administrativo

1. O município do Rio de Janeiro ocupou terreno urbano não-edificado e, nele, construiu, instalou e pôs em funcionamento uma escola pública. Passados dois anos, os herdeiros do falecido proprietário do terreno intentam propor medida judicial contra o município.

Na qualidade de advogado dos referidos herdeiros, elabore, de forma fundamentada, a petição inicial da medida judicial cabível a essa situação hipotética.

2. Lei estadual veda que a administração pública direta e indireta celebre contrato administrativo com pessoas jurídicas que discriminem, por ocasião da contratação de mão-de-obra, indivíduos cujos nomes estejam inscritos em serviços de proteção ao crédito.

Redija texto em que analise, de forma fundamentada, a juridicidade da norma acima referida.

3. Um empresário requereu a renovação da licença de funcionamento de sua empresa. Passados seis meses da protocolização do requerimento, nada foi decidido pela autoridade administrativa competente.

Considerando essa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, à seguinte pergunta: Que medidas e argumentos jurídicos poderiam ser deduzidos em favor da referida empresa?

4. Lei estadual concedeu gratuidade no pagamento de pedágio, em rodovia concedida, aos condutores de motocicleta, sem previsão de compensação à concessionária. A empresa nega-se ao cumprimento da norma.

Com base nessa situação, redija, justificadamente, texto em que arrole argumentos jurídicos em favor da postura da concessionária.

5. José foi aprovado e classificado em terceiro lugar em concurso público no qual foram oferecidas cinco vagas para o cargo de médico de determinado município. Dentro do prazo de validade do concurso, sem que José houvesse sido nomeado, a prefeitura abriu novo concurso para o mesmo cargo.

Considerando essa situação hipotética, redija, fundamentadamente, um texto que responda ao seguinte questionamento: José possui algum direito em face do município?

6. Devido à crise financeira por que passava determinado município, o secretário municipal de urbanismo determinou aos fiscais municipais que aplicassem as multas pelo descumprimento de posturas sempre nos valores máximos previstos na legislação.

Com base nessa situação, redija, de forma fundamentada, texto em que examine a juridicidade das multas aplicadas em cumprimento à determinação do secretário municipal.

Direito Civil

1. Paulo Castro (brasileiro, solteiro, administrador de empresas, CPF 000.000.001-00) e Sílvia Brandão (brasileira, solteira, secretária, CPF 222.222.222-22) mantiveram união estável entre janeiro de 2000 e abril de 2005, quando decidiram separar-se. O período de convivência não foi antecedido de qualquer convenção sobre o regime de bens dos companheiros. Como não haviam adquirido quaisquer bens durante aquele período, e como Sílvia, ao tempo da separação, se achasse desempregada, Paulo anuiu à permanência de Sílvia, por tempo indeterminado, no

imóvel que até então servira de residência aos companheiros, situado no Rio de Janeiro, na Rua Ministro Viveiros de Castro, n.º 57, ap. 301, Copacabana. Tal imóvel fora adquirido por Paulo, mediante pagamento integral do preço, no ano de 1997.

Paulo retirou-se do imóvel, passando a morar em outro, tomado por ele em locação, situado, no mesmo bairro, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n.º 245, ap. 501.

Passados dois anos do fim da união estável, Paulo promoveu a notificação extrajudicial de sua ex-companheira, exigindo-lhe a desocupação, no prazo de quinze dias, do imóvel situado na Rua Ministro Viveiros de Castro. A notificação foi efetivamente recebida por Sílvia em 2/5/2007.

O prazo concedido na notificação extrajudicial já se expirou, sem que Sílvia tenha deixado o imóvel, e Paulo deseja propor a ação judicial cabível para reaver o bem.

Diante da situação hipotética apresentada, na qualidade de advogado constituído por Paulo, redija a petição inicial da ação a ser ajuizada pelo seu cliente.

2. Em 10/5/2004, Pedro estava dirigindo seu automóvel, de forma prudente, quando sofreu violenta batida de um outro veículo, cujo motorista avançara o sinal e que, além disso, se encontrava em velocidade incompatível com o prescrito nas leis de trânsito para aquele local. Posteriormente, apurou-se que o motorista imprudente apresentava alto teor alcoólico no sangue. Em consequência do acidente, Pedro sofreu sérias lesões nos braços e pernas e teve de ser removido em ambulância do Corpo de Bombeiros para o hospital mais próximo. Entretanto, no percurso para o hospital, a ambulância que transportava Pedro envolveu-se em grave acidente, tendo sido abalroada por ônibus da Viação Viaje Bem Ltda., que trafegava em alta velocidade e que, conforme apurado posteriormente, estava sem sistema de freios. Em consequência desse último acidente, Pedro faleceu, na própria ambulância, de traumatismo craniano. Você, como advogado, foi procurado em seu escritório, em 16/5/2007, pela família de Pedro (viúva com filhos absolutamente incapazes), que busca obter reparação pelos danos materiais e morais sofridos. O que você diria aos familiares da vítima? Fundamente.

3. João casou-se com Maria em 1992, sob o regime da separação total de bens, instituído em pacto antenupcial válido. O casal teve dois filhos: José e Madalena. João morreu em outubro de 2006, ab intestado, deixando um patrimônio líquido no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

A propósito da situação hipotética acima, responda, de maneira fundamentada, aos seguintes questionamentos:

- Qual é a fração do quinhão de cada herdeiro?

- Se a relação entre João e Maria fosse de união estável, haveria alguma diferença na partilha dos bens do *de cujus*? Em caso positivo, qual seria a fração do patrimônio atribuída a cada herdeiro?

4. Carlos moveu ação de indenização de danos materiais e morais contra Antônio. A sentença, após exaustiva instrução probatória, julgou procedente o pedido quanto aos danos morais e, quanto aos danos materiais, concedeu apenas indenização dos danos emergentes, mas não dos alegados lucros cessantes, por entender que estes não haviam sido provados. Carlos e Antônio apelaram, mas o tribunal de justiça, por unanimidade, manteve integralmente a sentença. Na parte da motivação referente ao recurso de Carlos, o tribunal manifestou o entendimento de que os afirmados lucros cessantes efetivamente não restaram demonstrados. Carlos, então, interpôs recurso especial desse acórdão unânime, alegando violação ao art. 186 do novo Código Civil.

Com referência à situação hipotética acima, responda, de maneira fundamentada, aos seguintes questionamentos:

- Embora reconhecendo a falta de prova dos alegados lucros cessantes, poderia ter o tribunal condenado Antônio ao respectivo pagamento, determinando que aquela prova, até ali considerada ausente, se fizesse em liquidação de sentença?
- O recurso interposto por Carlos deve ser admitido?

5. No curso de processo de ação de cobrança de dívida contratual, o réu postulou a produção de prova pericial, argumentando que ela se destinava a demonstrar que os valores cobrados pelo autor não estavam de acordo com o contrato firmado pelas partes.

O juiz de primeiro grau indeferiu a produção da prova postulada, denominando tal decisão de sentença. Inconformado com o indeferimento da prova cuja produção requerera, o réu interpôs recurso de apelação no último dia do prazo previsto na lei para a interposição desse recurso.

Acerca da situação hipotética acima, responda, de modo fundamentado, ao seguinte questionamento: à luz do requisito genérico de admissibilidade dos recursos consistente no cabimento, pode o tribunal conhecer do recurso interposto?

6. Em ação indenizatória proposta por paciente que permanecera, durante alguns dias, internado no Centro de Terapia Intensiva do Hospital X, e que alegava ter ali contraído infecção hospitalar de natureza grave, a sociedade mantenedora daquele estabelecimento hospitalar se defendeu, alegando que: (a) o percentual de infecção hospitalar, naquele Hospital X, é inferior ao percentual tolerado em estabelecimentos do mesmo porte e de características semelhantes, de acordo com portaria do Ministério da Saúde; (b) o Hospital X mantém, durante as 24 horas do dia, avançado sistema de controle de infecções hospitalares. Realizada prova pericial, o perito do juízo formulou as seguintes conclusões: (a) que ambas as alegações da ré correspondiam à verdade; (b) que, a despeito disso, era provável que a infecção contraída pelo autor tivesse efetivamente ocorrido durante sua permanência no Hospital X.

Na situação hipotética acima descrita, aberta vista às partes para a apresentação de razões finais por escrito, o que você, na qualidade de advogado do autor, diria acerca das conclusões do laudo pericial?

Direito Comercial

1. Em uma sociedade limitada constituída em 1998, com contrato arquivado na junta comercial, Alfonso, titular de 55% do capital social, durante reunião de sócios sem a participação da maioria dos membros do corpo social, aprovou, contra o voto dos demais presentes, a alteração do objeto para substituir a atividade social, até então voltada para a comercialização de artigos infantis, pela comercialização de artigos militares, incluindo-se uniformes. Os demais sócios, que se opuseram à alteração da atividade social, alegando a ilegalidade da deliberação por parte do sócio Alfonso, decidiram exercer seu direito de retirada e pagamento de haveres, o que foi feito tempestivamente.

O pedido dos sócios dissidentes foi rejeitado por Alfonso, sob a justificativa do efeito legal da deliberação, visto que, desde a constituição da sociedade, está previsto no contrato que as alterações possam ser efetivadas por maioria simples do capital social; ademais, segundo Alfonso, o gênero da atividade - comercialização de bens - permanece o mesmo. Para negar o pagamento de haveres aos sócios dissidentes, Alfonso alegou também que o contrato social prevê a regência supletiva pela Lei das Sociedades Anônimas (S.A.).

Com base na situação hipotética apresentada, na qualidade de advogado da sociedade, redija a peça profissional - parecer - acerca do caso, incluindo respostas justificadas às questões a seguir:

- A deliberação tomada por Alfonso e o argumento por ele apresentado são válidos?
- A alteração do objeto, nos termos descritos no enunciado, autoriza o recesso?

- A regência supletiva do contrato pela Lei das S.A. ampara a atitude do sócio majoritário?
- Mantendo-se inarredável o sócio Alfonso em suas convicções, que medida podem tomar os demais sócios?

2. No curso da recuperação judicial da Atual Indústria de Alimentos S.A., foi convocada e regularmente instalada assembléia-geral de credores destinada à instauração do comitê de credores e à nomeação de seus membros.

O representante do Banco Magno S.A., credor enquadrado na classe de titulares de crédito com garantia real, aproveitou a oportunidade para pôr em discussão e votação a destituição do administrador judicial e a eleição de seu substituto.

Tendo a maioria dos credores presentes concordado com a referida proposta, a assembléia-geral deliberou, após a nomeação dos membros do citado comitê, destituir o administrador judicial e eleger a sociedade Rodrigues Auditores e Consultores Ltda. para assumir, na condição de substituta, as funções de administradora judicial.

Considerando a situação hipotética acima, analise, com base nos fundamentos legais pertinentes, o procedimento adotado pelos credores com relação a eventuais acertos ou irregularidades identificados na deliberação tomada.

3. No curso do processo de falência da sociedade Móveis Guanabara S.A., foi convocada e regularmente instalada assembléia-geral de credores para deliberar sobre um modo alternativo de alienação do ativo do devedor. O Banco Atalanta S. A., credor quirografário, por um título de obrigação cujo valor era expresso em dólares americanos, pleiteava que seu voto tivesse peso correspondente ao do valor proporcional de seu crédito, devendo ser adotada como taxa de câmbio a da véspera da realização do conclave.

Tomando como referência a situação hipotética acima, responda, fundamentadamente, se está correta a pretensão do credor.

4. Centro-Sul Transportes Multimodais Ltda. sacou duplicata de serviço, contra Agapê Comércio e Indústria de Mármore Ltda., no valor de R\$ 6.250,00, pagável no dia 12 de março de 2007, no lugar de emissão. Antes do vencimento, o beneficiário da cártula transferiu o crédito, conforme autorização da lei de duplicatas, para o Banco Peloponeso S.A. através de operação de desconto de duplicata. O não-pagamento da duplicata, sem aceite, motivou sua entrega para protesto. O sacado, após ter obtido a sustação do protesto, ajuizou ação declaratória de inexistência de débito cumulada com perdas e danos, sob a alegação de que o saque fora fraudulento e de que havia responsabilidade do portador da duplicata pelo envio desta a protesto.

Na condição de advogado da instituição financeira mencionada nessa situação hipotética, redija, de forma fundamentada, um texto em que aborde as razões a serem apresentadas para a defesa do crédito e dos direitos de seu cliente.

5. Cássio Concetto, contabilista e administrador da sociedade simples Concetto Tepaz Contadores Associados, realizou operações *ultra vires societatis*, causando prejuízos a diversas pessoas jurídicas. A sociedade simples foi excluída de todas as lides em que foi demandada pelos atos *ultra vires* do administrador, porém vários prejudicados por esses atos reuniram-se em litisconsórcio e pleitearam indenização pelos prejuízos materiais sofridos, pedindo a desconsideração da personalidade jurídica na ação movida em face de o administrador vir a responder com seus bens pessoais.

Responda, de forma fundamentada, às seguintes questões, com relação à situação hipotética acima.

- a) Que base jurídica ampara esse tipo de sociedade em pedido de exclusão dos feitos em que foi demandada por atos *ultra vires* como os de

Cássio Concetto?

b) Os atos *ultra vires* praticados pelo administrador ensejam a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica na ação indenizatória, sendo absolutamente certo que houve ato ilícito e dano aos autores?

6. Redija, fundamentadamente, um texto em que esclareça se é obrigatória a indicação de agente fiduciário na escritura de emissão de debênture em colocação privada.

Direito Trabalhista

1. No dia 11 de maio de 2007, apresentou-se, no escritório do advogado José K. Barbosa, o Sr. Francisco José O. da Silva, empresário do ramo de tecidos, portando notificação citatória de uma ação trabalhista ajuizada por um ex-empregado, autuada sob o número 04099-2007-080-01-00-9, nos seguintes termos:

"Edynildo Augusto C. Donato, autor, informa ter sido contratado pela ré, empresa Chico J. Comércio de Tecidos Ltda., em 18 de fevereiro de 2000, para exercer a função de vendedor de tecidos em domicílio, havendo sido dispensado em 2 de fevereiro de 2007, ocasião em que recebia, a título de salário mensal, o valor médio de R\$ 900,00, correspondente exclusivamente ao recebimento de comissões no montante de 1% sobre suas vendas.

Informa que laborava das 7h30min às 20h, de segunda-feira a sábado, sem gozar de intervalo para repouso e alimentação e sem receber o pagamento de horas extras, utilizando o veículo concedido pela empresa para o exercício do seu trabalho.

Alega que, muito embora exercesse as mesmas funções que o Sr. Santana J. Agnoel - outro empregado da empresa - e efetuasse suas vendas em bairros vizinhos e garantisse o mesmo percentual de comissões, seu salário era muito inferior ao do paradigma, que recebia, em média, o valor mensal de R\$ 2.000,00.

Informa, por fim, que não recebeu o pagamento do aviso prévio no TRCT.

Assim sendo, requer o autor a condenação da ré nas seguintes parcelas:

- a) pagamento de diferenças salariais em face da equiparação salarial postulada;
- b) pagamento do aviso prévio;
- c) pagamento de adicional de insalubridade na base de 50% sobre o salário efetivo, considerado o valor resultante da equiparação salarial;
- d) pagamento de horas extras excedentes à oitava diária ou quadragésima quarta semanal;
- e) pagamento de horas extras com base nos intervalos não gozados para repouso e alimentação;
- f) pagamento de reflexos das horas extras - itens d) e e) - nos repouso semanais remunerados e destes dois sobre aviso prévio, férias, décimo terceiro salário, FGTS e indenização compensatória de 40% sobre os depósitos atualizados no FGTS;
- g) pagamento da multa prevista no § 8.º do art. 477 da CLT, em razão das diferenças postuladas na ação trabalhista."

Foram requeridas regularmente a notificação da reclamada e a produção de provas, e foi dado à causa o valor de R\$ 15.000,00.

O Sr. Francisco José, sócio da empresa ré, contratou os serviços do referido advogado para defendê-lo em juízo, informando-lhe que:

- o Sr. Edynildo fora contratado em 18 de fevereiro de 2000 e dispensado em 2 de fevereiro de 2007, tendo sido pré-avisado de sua dispensa em 3 de janeiro de 2007 e cumprido aviso prévio trabalhado com a redução de jornada de trabalho em duas horas no curso do aviso prévio;

- o Sr. Edynildo exercia a função de vendedor em domicílio, com o salário médio mensal de R\$ 700,00, pago sob a modalidade de comissão de 1% sobre suas vendas mensais;
- o reclamante nunca recebeu horas extras, pois não tinha controle de horário, hipótese que foi previamente anotada em sua CTPS;
- era comum que o reclamante nem sequer aparecesse na empresa por alguns dias, quando tinha material suficiente consigo para efetuar suas vendas, de forma que não havia como saber se gozava de intervalo para repouso e alimentação;
- o reclamante e o Sr. Santana exerciam as mesmas funções, tinham a mesma experiência no ramo, trabalhavam em bairros vizinhos e que o paradigma recebia em torno de R\$ 2.000,00.

Analisando a documentação apresentada pelo Sr. Francisco José, o advogado constatou que não havia cartões de ponto na empresa ré e que o Sr. Santana havia sido contratado em 18 de abril de 2002.

Supondo que o advogado José K. Barbosa esteja inscrito na OAB/RJ sob o n.º 250.999, formule a peça processual adequada para defender os interesses do Sr. Francisco José, apresentando todos os fundamentos de fato e de direito, conforme as informações acima prestadas.

2. Antônio Camargo, empregado da empresa XYZ Indústria e Comércio S.A., exercia, nos últimos três anos, cargo administrativo de diretor comercial nessa empresa, sem qualquer subordinação jurídica, já que eleito por decisão de assembléia. Ao ser despedido sem justa causa, após 10 anos de trabalho para essa empresa, entendeu que o cálculo de sua indenização compensatória era inferior ao devido, porquanto a empresa empregadora não depositara os 40% devidos sobre o FGTS, relativamente ao período em que exerceu o cargo de direção na XYZ Indústria e Comércio S.A.

De fato, comprovou-se que não houve nenhum recolhimento de valores à conta do FGTS de Antônio Camargo no período em que este exerceu o cargo de diretor.

Com base nesses dados, fundamente a atitude da empresa.

3. Uma empresa teve um automóvel penhorado por um oficial de justiça, em cumprimento ao mandado de execução expedido por Vara do Trabalho, em 12/3/2007. O gerente da empresa assinou o verso do termo de penhora como fiel depositário no próprio dia 12/3/2007, sendo que o mandado é juntado aos autos com o termo de penhora em 30/3/2007 (uma sexta-feira). O advogado da empresa opôs embargos à execução no dia 6/4/2007 (uma sexta-feira).

No entanto, os embargos não foram conhecidos, tendo o Juízo declarado sua intempestividade.

Considerando as informações prestadas na situação hipotética acima, responda se está correta a declaração do juiz quanto à intempestividade dos embargos à execução. Justifique sua resposta.

4. A estabilidade provisória assegurada atua como fator de limitação temporária ao direito potestativo de rescisão contratual e visa propiciar a seu destinatário, em última análise, o exercício de direitos fundamentais. Dessa forma, mesmo havendo extinção da empresa, entende-se, para qualquer hipótese de estabilidade provisória, não se deva excluir essa proteção legal.

Alice Monteiro de Barros. Curso de Direito do Trabalho. 2.ª ed., São Paulo: Ltr, p. 958 (com adaptações).

Considerando o texto acima como motivador inicial, redija, fundamentadamente, um texto em que examine o instituto da estabilidade provisória à

luz da extinção do estabelecimento.

5. A lei é omissa quanto à remuneração do trabalho dominical, mas a Justiça do Trabalho aqui fez as vezes de legislador: o TST emitiu o Enunciado 146, segundo o qual "o trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro". (...) Uma lei (sic) que limita o comércio aos domingos, dias em que as pessoas têm tempo para fazer compras.

Edward Amadeo. Opinião. In: Valor Econômico, 18/4/2007, A-17.

Considerando o texto acima, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos:

- a) É correta a afirmação de que "a lei é omissa quanto à remuneração do trabalho dominical"?
- b) Quais são as referências legais para o funcionamento do comércio aos domingos e o que elas preceituam?

6. Um reclamante ajuizou reclamação trabalhista, com pedido de antecipação da tutela, postulando a sua reintegração no emprego, em razão de ter sido eleito dirigente sindical, conforme era do conhecimento da empresa.

O juiz, ao analisar a petição inicial, entendeu estarem presentes os requisitos do art. 273 do CPC e deferiu a antecipação da tutela, antes mesmo de citar o réu. Quando o réu foi intimado da decisão, impetrou mandado de segurança visando à sua cassação, com pedido de liminar. No entanto, a liminar foi indeferida, uma vez que o juiz entendeu não estarem presentes o perigo da demora e a fumaça do bom direito.

Considerando essa situação hipotética, redija de forma fundamentada, um texto em que aborde o remédio processual cabível contra a decisão que indeferiu a liminar e o prazo para sua interposição.

Esclareça, ainda, se há previsão legal específica que determina ao juiz do trabalho a concessão de medida liminar para se reintegrar dirigente sindical despedido pelo empregador.

Direito Constitucional

1. A renomada rede hoteleira Nova Antuérpia noticiou a construção, em Restinga das Flores, de resort cujo prédio principal teria 15 andares. No anúncio, a empresa ressaltava, sobretudo, a importância do empreendimento para se promover a emancipação econômica da região, tradicionalmente desamparada pelo poder público.

José Maria, presidente da Associação de Amigos da Restinga das Flores, passou a investigar em que título se apoiava a pretensão da Nova Antuérpia. Descobriu que o empreendimento tinha sido autorizado por ato administrativo, desprovido de qualquer fundamentação, de autoria do presidente do Instituto Estadual de Proteção do Patrimônio Ambiental. Inconformado, José Maria deseja impugnar judicialmente a construção do hotel, por se tratar de construção em área situada em reserva ambiental.

Na qualidade de advogado de José Maria, escolha, dentre os instrumentos discriminados no art. 5.º da Constituição Federal de 1988, o mais adequado à situação hipotética apresentada e redija a petição inicial da ação a ser proposta, com seu patrocínio. Em seu texto, aborde, ainda, a conveniência de obstar, desde logo, o prosseguimento do processo de edificação, mediante requerimento da providência judicial apropriada.

2. Determinado município, situado no estado do Rio de Janeiro, pretendendo fundir-se com outro município, também situado no estado, impetrou, perante o Supremo Tribunal Federal, mandado de injunção. Ao fazê-lo, alegou, fundamentalmente, ter o exercício de seu direito obstado pela inexistência da lei complementar federal prevista no § 4.º do art. 18 da Constituição Federal, o que consubstanciaria hipótese típica de

inconstitucionalidade por omissão.

Redija, de forma fundamentada, um texto em que seja analisado o cabimento, à situação hipotética apresentada, do referido instrumento jurídico-processual.

3. A Emenda Constitucional n.º 3, publicada em 18/3/1993, em seu art. 2.º, atribui à União competência para "instituir, nos termos de lei complementar, com vigência até 31 de dezembro de 1994, imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira". Além disso, no §2.º do art. 2.º, determina que ao imposto de que trata este artigo não se aplica o art. 150, III, b, e VI, nem o disposto no § 5.º do art. 153 da Constituição.

Logo após essa emenda entrar em vigor, foi editada, em 13/7/1993, a Lei Complementar n.º 77, que institui o imposto provisório sobre a movimentação ou a transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira. Segundo seu artigo 28, essa lei entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos trinta dias após a edição, pela administração pública, dos devidos atos normativos regulamentares.

Considerando o texto acima, arrole argumentos que possam ser utilizados para impugnar a cobrança do referido tributo relativamente aos fatos geradores ocorridos durante o restante do exercício financeiro de 1993.

4. Proposta de Emenda Constitucional n.º 157-A, de 4/9/2003

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3.º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda constitucional:

Art. 1.º Será instalada, no dia 1.º de fevereiro de 2007, Assembléia de Revisão Constitucional, formada pelos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o objetivo de revisar a Constituição.

Art. 2.º A revisão constitucional, consubstanciada em apenas um ato, será promulgada após a aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembléia de Revisão Constitucional.

Parágrafo único. A revisão constitucional observará o disposto no art. 60, § 4.º, da Constituição Federal.

Art. 3.º A Assembléia de Revisão Constitucional extinguir-se-á no prazo máximo de doze meses contados da data de sua instalação.

Art. 4.º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Redija um texto em que discorra, de forma fundamentada, acerca da Constitucionalidade da proposta de emenda constitucional apresentada acima.

5. De acordo com o art. 51 da Constituição do Estado de Santa Catarina, em caso de relevância e urgência, o governador desse estado poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Assembléia Legislativa, que, estando em recesso, será convocada extraordinariamente no prazo de cinco dias. Esse preceito foi impugnado perante o Supremo Tribunal Federal sob o argumento de que a Constituição Federal conferiu unicamente ao presidente da República o poder de editar medidas provisórias, por se tratar de instrumento de

exceção ao princípio da separação de poderes, de interpretação restritiva, nunca ampliativa.

Tendo o texto acima como referência inicial, redija um texto em que sejam apresentados argumentos que sustentem a constitucionalidade do preceito impugnado.

6. Antônio Luiz, portador de diploma de bacharel em Ciências Biológicas, expedido por instituição brasileira oficialmente reconhecida, requereu, ao Conselho Regional de Biologia, cédula de identificação profissional de biólogo.

A expedição do documento foi negada pelo Conselho, apesar de Antônio Luiz preencher todos os requisitos previstos na lei que regulamenta o exercício da profissão. Antônio Luiz, então, procurou advogado com o propósito de ajuizar a ação cabível.

Na qualidade de advogado de Antônio Luiz, exponha o(s) instrumento(s) adequado(s), entre os previstos no art. 5.º da Constituição Federal, para se garantir a observância do direito de seu cliente.

Direito Penal

1. Lúcio, policial federal acusado de extorquir, no exercício de suas funções, determinada quantia em dinheiro de servidor público federal, encontra-se temporariamente preso há 15 dias, por decisão do juízo da 41.ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, lavrada nos seguintes termos: "Os autos do inquérito policial autorizam a suspeita de participação do indiciado Lúcio na prática do crime de extorsão (art. 158, caput, do CP). Dessa forma, tendo em vista a grande comoção causada pelo crime na sociedade, assim como a necessidade de salvaguarda da imagem do Poder Judiciário ante a opinião pública, como órgão responsável pela política de segurança pública, decreto a prisão temporária do indiciado, pelo prazo de 30 dias. Expeça-se mandado de prisão em seu desfavor".

Como advogado de Lúcio, redija a peça processual adequada ao caso, invocando todos os fundamentos jurídicos relevantes à situação apresentada.

2. Flávio foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime a que se refere o artigo 302 da Lei n.º 9.503/1997. Segundo a denúncia, a causa do crime foi conduta imprudente de Flávio, que trafegava em velocidade muito superior à velocidade máxima permitida no local do crime. Ao receber os autos conclusos para sentença, o juiz imediatamente condenou Flávio, com base em depoimento judicial, por conduta negligente, consubstanciada na ausência de manutenção de seu automóvel nas condições ideais de segurança. A decisão transitou em julgado para o Ministério Público. O advogado de Flávio à época apelou da sentença com fundamento exclusivo na insuficiência das provas para a condenação.

Considerando essa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, às seguintes perguntas.

- A sentença dada pelo juiz é válida? Por quê?

- Na sustentação oral do apelo interposto junto ao Tribunal, qual seria o pedido a ser formulado da tribuna pelo advogado de Flávio? Por quê?

3. Caio foi denunciado pelo Ministério Público Federal pela suposta prática dos crimes tipificados no artigo 1.º, III, da Lei n.º 8.137/1990, e no artigo 297 do Código Penal, em concurso material (artigo 69 do CP). Segundo narra essa denúncia, Caio teria emitido nota fiscal falsa, utilizando-a para reduzir tributo por ele devido, o que causou ao Erário prejuízo no valor de R\$ 20,00.

Tal falsidade foi considerada grosseira pelos auditores fiscais, que a detectaram à primeira vista, lavrando auto de infração, que foi impugnado

administrativamente, não havendo até hoje decisão definitiva na esfera fiscal acerca da constituição do crédito tributário.

Na qualidade de advogado constituído por Caio, exponha, de forma fundamentada, todas as teses defensivas que podem ser inferidas da situação hipotética apresentada.

4. Luiz, médico cirurgião, realizou incisão abdominal em Leônidas. Após o procedimento cirúrgico, o paciente, como de praxe, foi encaminhado ao centro de tratamento intensivo (CTI) para acompanhamento pós-operatório, onde permaneceu sob os cuidados de Duílio, médico responsável pelo CTI do hospital. Duílio, no entanto, resolveu ir ao Maracanã para assistir à final do campeonato estadual. Para tanto, deixou o paciente aos cuidados da médica Sandra, membro de sua equipe há mais de cinco anos e a quem conhecia por sua competência e experiência. Sandra, então, reconheceu Leônidas como autor de um estupro de que fora vítima.

Alimentada por sentimento de vingança, Sandra colocou em uma ampola remédio letal e a entregou à enfermeira Poliana, sob o argumento de que se tratava de remédio curativo, que deveria ser imediatamente ministrado ao paciente. Leônidas veio a falecer em virtude da droga letal.

Considerando a situação hipotética apresentada, responda à seguinte pergunta. Quais seriam, respectivamente, as teses defensivas dos advogados de Luiz, Duílio, Sandra e Poliana?

5. Elisa, inconformada com o fato de ter sido abandonada no altar por Jorge, contratou um detetive particular para descobrir se o seu ex-noivo tinha uma amante. Passados sete meses, Elisa obteve a confirmação de que Jorge vinha mantendo relação amorosa com Ana, com quem, inclusive, estava residindo.

Transtornada, imediatamente após ter recebido a notícia, Elisa escreveu uma carta para Jorge, referindo-se a Ana como destruidora de lares, meretriz e interesseira.

Ao chegar em casa, Ana viu a carta sobre a cômoda e, antes que Jorge a tivesse aberto, decidiu violá-la, a fim de ler o que Elisa havia escrito. Ao se deparar com as referências desairosas feitas na correspondência, Ana decidiu oferecer queixa-crime contra Elisa, imputando-lhe a prática do crime de injúria, instruindo-a apenas com a carta escrita pela querelada.

Com base nessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, à seguinte pergunta. A inicial acusatória é apta a dar início a um processo criminal?

6. O Ministério Público denunciou José, imputando-lhe a prática do crime previsto no artigo 213, combinado com o artigo 224, alínea a, ambos do Código Penal. A denúncia foi feita porque José manteve conjunção carnal com Maria, então com treze anos de idade, em troca de pagamento em dinheiro. No curso da instrução processual, apurou-se que Maria, apesar da pouca idade, era pessoa esclarecida em matéria sexual, possuía boa situação financeira, pois se prostituía desde os onze anos e, antes da cópula, contou a José a sua idade real.

Na qualidade de advogado de defesa constituído por José, exponha, fundamentadamente, todas as teses defensivas que podem ser inferidas da situação hipotética apresentada.

Direito Tributário

1. A ARDJ Comércio de Equipamentos Ltda., empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro, constituída em 1.º/3/1995 e, desde então, tributada

pelo imposto de renda pelo regime do lucro presumido, tem recolhido as contribuições para o PIS e a COFINS, desde 15/3/1999, considerando, na base de cálculo, a totalidade de seus ingressos, entre os quais rendimentos auferidos em aplicações financeiras, aluguéis de imóveis e tributos incidentes sobre o preço das mercadorias vendidas e cobrados dos clientes.

A empresa passa por um momento difícil e busca desesperadamente recuperar receitas e reduzir gastos. Convicta de que a solução para seus problemas está no recolhimento da COFINS e das contribuições para o PIS, a empresa procurou advogado para promover medida judicial que lhe socorra, inclusive para recuperar de imediato todos os valores supostamente pagos de forma indevida ou a maior.

Diante da situação hipotética acima descrita, na qualidade de advogado da empresa, OAB/RJ n.º 100.000, com domicílio profissional na Av. Alfa n.º 10, 5.º andar, Rio de Janeiro - RJ, elabore a peça processual adequada para atender às expectativas do cliente, abordando a matéria tributária e processual pertinente com base na doutrina e na jurisprudência aplicáveis ao caso.

2. Em 30/4/2004, determinado contribuinte do imposto de renda pessoa física (IRPF) recebeu auto de infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal competente exigindo o IRPF e acréscimos legais decorrentes de omissão de receita relativa a depósitos bancários de origem não-comprovada mantidos em instituição financeira no Brasil durante todos os meses do ano-calendário de 2000. Os depósitos bancários que constituíram a receita omitida foram descobertos pela fiscalização por meio do cruzamento das informações fornecidas pela instituição financeira acerca dos recolhimentos da CPMF sobre a movimentação financeira do contribuinte no período objeto da autuação.

Tendo em vista as normas legais em vigor no momento da lavratura do auto de infração e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, discorra acerca da pertinência da aplicação retroativa da lei tributária na situação hipotética apresentada, indicando o(s) dispositivo(s) legal(is) e as decisões aplicáveis.

3. Estabeleça as diferenças entre taxa e preço público, enfocando, com base na doutrina e na jurisprudência, os motivos que podem inspirar a decisão de instituir uma ou outro e as características de cada um após a edição da norma instituidora.

4. Redija, com fundamento na doutrina e na jurisprudência, um texto em que responda à seguinte questão: de acordo com o sistema constitucional brasileiro, um tratado internacional tributário pode estabelecer isenção de ICMS e ISS?

5. Responda, de forma fundamentada, ao seguinte questionamento: a CPMF está submetida ao princípio da anterioridade de que trata o artigo 150, inciso III, alínea b, da Constituição Federal?

6. Responda, de forma fundamentada, à seguinte questão: cassa-se, automaticamente, a liminar concedida em mandado de segurança impetrado para suspender a exigibilidade de crédito tributário quando decisão superveniente acolhe apenas a preliminar de decadência, sem se cassar expressamente essa liminar? Explique, ainda, as divergências jurisprudenciais sobre o regime processual do recurso cabível e dos possíveis efeitos relativos à suspensão de exigibilidade pretendida pelo impetrante, inclusive no caso de competência originária dos tribunais regionais federais ou dos estados.